

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59



Belém, 23/10/2016 – 10h35 - 14h

Local: CCBEU

Participantes:

BP	AECOM	Entidades presentes
Fátima Ribeiro	Tatiane Moraes	Movimento dos Pescadores do estado do Pará – MOPEPA
Luiz Pimenta	Débora Aguiar	Instituto Peabiru
		Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA

Às 10h35 Fátima Ribeiro, representante da BP, iniciou a reunião setorial com a apresentação da BP, empresa responsável pela atividade no Bloco FZA-M-59, da empresa consultora, AECOM, e das outras empresas responsáveis pelo Estudo de Impacto Ambiental. Todos os presentes também se apresentaram neste momento. Posteriormente, foi apresentada a agenda da reunião, e proposto que as discussões fossem realizadas ao final da reunião.

Dando seguimento à apresentação, Fátima Ribeiro, apresentou como se dá o processo de exploração e produção do petróleo, considerando desde a etapa de leilão dos blocos pela ANP até o descomissionamento de uma atividade de produção. Esta explicação foi realizada através do quadro, “Campo do Petróleo em Jogo”, onde estão indicadas as etapas de exploração e produção de petróleo, assim como as instituições responsáveis pela regulação, fiscalização e licenciamento das atividades marítimas da indústria do petróleo. Após a explicação geral da atividade, a BP apresentou o cronograma previsto para a atividade de perfuração da empresa na Bacia da Foz do Amazonas. Além disso, a BP apresentou as características da atividade de perfuração do Bloco FZA-M-59 em licenciamento, ou seja, a localização do bloco e a sua distância mínima da costa, as bases de apoio aéreo e marítimo e as demais informações de logística, como rota das embarcações de apoio e número de voos e barcos previstos.

A representante da AECOM, Tatiane Moraes, iniciou a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental da atividade de perfuração exploratória no Bloco FZA-M-59. Inicialmente, fez uma breve explicação sobre como um EIA é elaborado, assim como detalhes do EIA direcionado a perfuração no Bloco FZA-M-59. Também foram apresentados os impactos efetivos, os projetos ambientais previstos no EIA para mitigação e monitoramento, e enfatizados os critérios que agregam Belém na Área de Influência da atividade BP. Para esclarecer sobre os impactos relacionados ao descarte de fluido de perfuração e cascalhos, foram utilizadas e disponibilizadas para manuseio dos participantes, frascos com as amostras de fluido de perfuração, petróleo e cascalhos.

O participante Sr. João Meireles, do Instituto Peabiru, questionou sobre a destinação do material amostrado durante o trabalho de campo para elaboração do diagnóstico ambiental. O Sr. João perguntou para quais instituições de pesquisa o material biológico coletado foi destinado, se não poderiam ser destinados à instituições de pesquisa do Pará. Tatiane, representante AECOM, informou que o material coletado foi destinado a uma instituição de



pesquisa, mas não soube informar qual. Destacou ainda que sempre que possível são escolhidas instituições locais para destinação de material biológico.

A representante da AECOM, Tatiane Moraes, iniciou a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental da atividade de perfuração exploratória no Bloco FZA-M-59. Inicialmente, fez uma breve explicação sobre como um EIA é elaborado, assim como detalhes do EIA direcionado a perfuração no Bloco FZA-M-59. Também foram apresentados os impactos efetivos, os projetos ambientais previstos no EIA para mitigação e monitoramento, e enfatizados os critérios que agregam Belém na Área de Influência da atividade BP. Para esclarecer sobre os impactos relacionados ao descarte de fluido de perfuração e cascalhos, foram utilizadas e disponibilizadas para manuseio dos participantes, frascos com as amostras de fluido de perfuração, petróleo e cascalhos.

Ao final, Luiz Pimenta, representante da BP, apresentou os riscos, as medidas de prevenção de acidentes, de monitoramento e os planos de resposta à emergência.

Após a apresentação abriu-se espaço para dúvidas e questionamentos:

O Sr. João Meireles questionou como o EIA poderia auxiliar na inventariação das espécies ameaçadas, atualmente em fase revisão. Luiz Pimenta, representante BP, destacou o *baseline* e a possibilidade de disponibilizá-lo. O participante ressaltou a importância de dados primários na composição do EIA. Tatiane Moraes, representante AECOM, reiterou que além de consulta bibliográfica, foram adquiridos dados primários através das etapas de pesquisa de campo.

A representante Inailde Almeida, pesquisadora da UFOPA, questionou qual o posicionamento da empresa em relação às instituições que realizam pesca industrial, bastante comum na região da área de influência. Tatiane Moraes, representante AECOM, explicou que essas instituições foram mapeadas e que o Projeto de Comunicação Social (PCS) vem sendo realizado como meio de diálogo com os distintos setores afetados, o que inclui também a pesca industrial. Luiz Pimenta, representante BP, complementou com considerações sobre os impactos para a pesca em geral, por conta da zona de restrição de 500m, no local da unidade de perfuração da atividade. Fátima Ribeiro, representante BP, concluiu ressaltando que a pesca artesanal é mais impactada que a industrial. A participante Inailde disse ter suas dúvidas sanadas.

Os representantes do MOPEPA, Miguel Pantoja e Fabíola Barata, chegaram ao final da reunião. Fátima Ribeiro, representante BP, finalizou os questionamentos com os demais e novamente iniciou a apresentação, direcionada para tais representantes.

A participante Fabíola Barata, do MOPEPA, questionou a fase da atividade BP. Fátima Ribeiro, representante BP, respondeu explicando que a empresa busca a licença perante o IBAMA para iniciar a perfuração exploratória.

Tatiane Moraes, representante AECOM, novamente apresentou os impactos e os projetos de mitigação.

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59



O representante Miguel Pantoja, do MOPEPA, fez questionamentos sobre a zona de restrição de 500m na área da unidade de perfuração da atividade. Tatiane Moraes, representante AECOM, explicou que este é um regulamento da Marinha do Brasil, elencou os motivos dessa medida, e informou que durante a pesquisa de campo, além de dados do Registro Geral de Pesca (RGP), os próprios pescadores e as instituições representantes foram entrevistados para identificar a ocorrência de pesca artesanal no entorno do local da atividade, o que foi negativo.

Às 14h a reunião foi encerrada por Fátima Ribeiro, representante BP.